



Joaquim Piscarreta leva incidentes com pescadores espanhóis ao P.E.



O Deputado do PSD Joaquim Piscarreta lamentou “os **recentes confrontos** ocorridos nas praias do Algarve entre pescadores espanhóis e as autoridades marítimas portuguesas”.

desenvolvimento na pág.3

Um primeiro passo

Na Cimeira de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável promovida pelas Nações Unidas foi pela primeira vez estabelecida uma ligação entre os objectivos da **erradicação da pobreza** e o da **protecção do meio ambiente**.

Para esse facto muito contribuiu a União Europeia e, de forma particular, a delegação do Parlamento Europeu presidida pelo Deputado Jorge Moreira da Silva.

Muito embora as divergências tenham sido fortíssimas sobretudo em matérias ligadas à regulamentação do mercado internacional e à subsidiação de produtos agrícolas, a verdade é que os **contrastes de riqueza** não deixam de envergonhar o nosso modelo de desenvolvimento.

Vivemos numa Europa com 350 milhões de habitantes onde também há pobreza mas onde a riqueza média contrasta com um mundo onde **2.500 milhões de pessoas não têm acesso a água potável**, 2.000 milhões não têm energia eléctrica e onde 1.000 milhões de pessoas vivem e morrem em situações de pobreza extrema.

Vivemos num mundo onde **apenas 1% da população detém 57% da riqueza do planeta**.

Em Joanesburgo fixaram-se objectivos quantificados e prazos para a erradicação da pobreza extrema e para a promoção do acesso à água potável e ao saneamento.

É um primeiro passo !
Na boa direcção !

Carlos Coelho

Encerramento da Fábrica Clark em Castelo de Paiva:

Deputados do PSD questionam Comissão Europeia

Os Deputados do PSD no Parlamento Europeu **Regina Bastos** e **Arlindo Cunha**, em pergunta escrita à Comissão Europeia, querem saber “**quais os montantes e datas de atribuição dos fundos comunitários concedidos à empresa Clark-Fábrica de Calçado, Lda., de Castelo de Paiva**”, bem como “**quais as condições impostas à empresa no âmbito da atribuição dos referidos fundos comunitários**”.

desenvolvimento na pág.7

PE debate Relatório Carlos Coelho sobre o Sistema Schengen

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório do Deputado do PSD **Carlos Coelho** sobre duas iniciativas espanholas que visam “**introduzir novas funcionalidades no Sistema de Informação Schengen, em especial no que diz respeito à luta contra o terrorismo**”.

desenvolvimento na pág.2



PE aprova Relatório Carlos Coelho sobre o Sistema Schengen

O Sistema de Informação Schengen é um sistema de redes informáticas em que as informações fornecidas pelos Estados Schengen são armazenadas e consultadas pelas autoridades policiais e aduaneiras de outros Estados Schengen.

O desenvolvimento do SIS II deve ocorrer até 2006.



O SIS é a maior base de dados na Europa, e tem uma função dupla: por um lado, a sua acção repercute-se ao nível da manutenção da ordem pública e da segurança, e por outro lado, ao nível da emigração dando apoio às medidas tendentes a compensar o facto de existir uma livre circulação de pessoas.

Na sua intervenção, Carlos Coelho começou por lamentar o facto de este Relatório não abranger uma resolução sobre a comunicação da Comissão no âmbito do desenvolvimento do futuro SIS II (a qual contém propostas no sentido de estender a capacidade do sistema, assim como introduzir novas possibilidades a nível técnico e de investigação).

Para Carlos Coelho, "certas propostas contidas nas iniciativas são admis-

síveis, como é o caso do acesso da Europol ou do Eurojust ao SIS, e o facto de se proporcionar um fundamento jurídico para o funcionamento dos Gabinetes SIRENE.

Em contrapartida, sublinhou o Deputado social democrata, **existem outras propostas contidas nestas iniciativas que deveriam ficar na pendência do desenvolvimento do SIS II, quando forem instituídas garantias adequadas. É o caso da proposta no sentido de alargar o acesso aos dados relativos a documentos de identidade roubados, desviados ou extraviados. Considero que, na ausência de medidas suplementares para proteger os direitos das pessoas cujos documentos foram roubados, cuja identidade é utilizada ilicitamente ou apenas cujos dados estejam incorrectamente inseridos no SIS, o Parlamento Europeu não pode aprovar esta proposta, que pode agravar os problemas dos cidadãos cuja identidade tenha sido usurpada.**

O mesmo acontece em relação à proposta no sentido de inserir dados suplementares sobre pessoas procuradas, bem como materiais de identi-



ficação nas indicações sobre pessoas, nomeadamente fotografias e impressões digitais, em que deverão ser adoptadas previamente garantias adequadas no domínio da protecção dos dados pessoais".

Carlos Coelho recordou que "a Comissão encomendou um estudo de viabilidade, em relação ao desenvolvimento do SIS II, que deverá estar disponível em Março de 2003.

Mais uma vez gostaria de lamentar o facto desse estudo de viabilidade não examinar a possibilidade de

recursos e melhorar a exactidão; uma base de dados comum que seria posta à disposição de diferentes utilizadores de forma diferenciada, garantindo um acesso restrito e preciso a partes distintas da base de dados".

Carlos Coelho sublinhou ainda "o acordo político sobre a necessidade de se criar um novo SIS (o que decorre das decisões do Conselho de 6 de Dezembro 2001 - onde se determina a base legal para o desenvolvimento do SIS II, bem como o orçamento). O modo como deverá ser feita a sua

O SIS deve ser gerido pela Comissão Europeia com controlo parlamentar e judicial

se virem a poder reunir as bases de dados aduaneiras, de Schengen, da Europol e eventualmente do Eurojust, numa única base de dados, de modo a permitir eventualmente eliminar as duplicações, racionalizar os

gestão, deverá ser determinado num futuro diploma. Gostaria de recordar a posição clara e reiterada deste Parlamento: essa gestão deve ser feita pela Comissão, sujeita a controlo parlamentar e judicial".

Joaquim Piscarreta leva incidentes com pescadores espanhóis ao Parlamento Europeu

Joaquim Piscarreta recordou que “nove navios espanhóis que se encontravam nas águas portuguesas a fazer **pescagem ilegal** de bivalves foram identificados pela Polícia Marítima Portuguesa numa operação de fiscalização. A perseguição resultou em **confrontos físicos e ferimentos num agente da autoridade**, que foi atirado ao mar. Uma das embarcações espanholas só foi imobilizada após vários tiros de aviso e as outras, aproveitando a confusão, conseguiram regressar para as suas águas territoriais.

Após as autoridades marítimas portuguesas terem regressado a terra para hospitalizar um dos seus agentes, acrescentou Joaquim Piscarreta, a frota espanhola regressou ao local para continuar a sua faina ilegal. Foi preciso a **intervenção de uma corveta da Marinha de Guerra Portuguesa** para afastar novamente as embarcações espanholas.

Acresce que além de estarem a pescar ilegalmente, os infractores espanhóis utilizavam dragas hidráulicas, **método de sucção, totalmente proibido na União Europeia**.

Apesar de já ter alertado por várias vezes as autoridades espanholas por práticas similares, o Governo Português ficou sempre **sem resposta**, facto que em nada abona as boas relações existentes entre os dois países”.



Os
pescadores
europeus
atravessam
tempos
difíceis
e o futuro
não parece
nada
risonho...

Joaquim Piscarreta, que participou no debate no Plenário do Parlamento Europeu de um relatório sobre a pesca em águas internacionais no quadro da acção externa da Política Comum de Pescas, considerou que “nestes últimos anos, os pescadores europeus atravessaram **tempos difíceis**: perdas de emprego e situações económicas precárias. E o futuro, acrescentou, não parece ser **nada risonho** com :

- o declínio dos recursos haliêuticos,
- o escasseamento ou o desaparecimento completo de algumas espécies, tal como o bacalhau,
- as consequências das marés negras,
- a falta de controlo e de fiscalização, prejudicando os Estados Membros cumpridores,
- a destruição dos seus navios para lutar contra a sobrecapacidade das frotas da UE,
- o aumento dos incentivos financeiros para suspender ou cessar actividades.

Tantas **ameaças aos seus meios de subsistência** ! E como já disse, aqui mesmo, em Novembro de 2002, a Reforma em curso da Política Comum da Pesca (PCP) não apresenta condições capazes de alterar esta situação”.

Direitos do Homem na UE:

Carlos Coelho denuncia demagogia e falta de rigor do relatório do PE



O Deputado **Carlos Coelho** considerou que o relatório sobre a situação dos Direitos Fundamentais na União Europeia “*embora tenha aspectos que merecem concordância como a questão do terrorismo, do tráfico de seres humanos e a muito actual problemática dos necessários equilíbrios entre as exigências da segurança e dos direitos humanos, cede a alguma demagogia e falta de rigor, tornando-se, no seu conjunto um texto que não deve merecer a aprovação do Parlamento Europeu*”.

Para Carlos Coelho, a importância deste debate assenta no próprio Tratado da União Europeia que estabelece no seu artº 6º “*a União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-Membros*” - ou seja, a construção europeia tem sido feita com base no pleno respeito, na garantia e promoção dos Direitos Fundamentais e Humanos; em que o bem-estar e a dignidade dos seus cidadãos, deve inspirar e ser o objectivo de todo e qualquer acto praticado por qualquer Estado e pelas instituições comunitárias.

Carlos Coelho salientou “*a importância decorrente do Relatório anual do Parlamento Europeu sobre os Direitos Humanos, que tem servido como a oportunidade ideal para analisar a Política de Direitos Humanos da União Europeia, dentro e fora da União, assim como o papel que tem sido desempenhado pelo Parlamento Europeu e de que nos podemos legitimamente orgulhar*” e manifestou o seu “*desapontamento face ao relatório apresentado, pela sua falta de equilíbrio e de rigor*”.

Carlos Coelho referiu ainda, como exemplo, “*o Relatório apresentado o ano passado, pelo Deputado Cornillet, rico em ideias e análises, tendo constituído um marco e um passo muito positivo no sentido de se definir uma metodologia para o acompanhamento e avaliação, que deverá estar na base de qualquer política de Direitos Humanos, assente na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais*”.

O PSD Disse

Sérgio Marques protesta junto do Presidente Prodi por “erro grosseiro” no site oficial da Comissão Europeia

O Deputado do PSD Sérgio Marques, em carta dirigida ao Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, afirma-se “*surpreso e indignado*” ao ter tomado conhecimento de que “*os mapas oficiais da União Europeia, constantes do site oficial da UE, incluíam as Ilhas Selvagens, que pertencem ao território português da Região Autónoma da Madeira, como integrando o território espanhol da Comunidade Autónoma das Canárias*”.

Nesta carta, Sérgio Marques expressa ao Presidente Prodi o seu protesto “*por erro tão grosseiro*” e, recusando-se “*especular sobre qualquer outra explicação para o facto, solicita a imediata rectificação dos aludidos mapas*”.

Por outro lado, utilizando a figura registada de pergunta escrita à Comissão Europeia, o Deputado madeirense questiona a Comissão sobre “*a razão da existência de erro tão*



grosseiro nos mapas oficiais da UE”, pretendendo que a Comissão esclareça **de quem é a responsabilidade e para quando a correcção** do erro.

Sérgio Marques pergunta ainda à Comissão Europeia se se confirma “*que o responsável pelos serviços de cartografia onde é suposto terem sido elaborados os aludidos mapas é de nacionalidade espanhola*” e quer saber “*que medidas entende a Comissão que devem ser adoptadas para evitar no futuro a ocorrência de erros do tipo referido*”.

Arlindo Cunha defende importância de acordos de pesca da UE com países terceiros

O Deputado **Arlindo Cunha** destacou “a importância dos acordos de pesca da União Europeia com países terceiros”, no âmbito do debate de um relatório de iniciativa do Parlamento Europeu que também apresenta propostas para o reforço destes acordos no contexto da Política Comum de Pescas.



Arlindo Cunha sublinhou “que esses acordos de pesca envolvem **3.000 embarcações da UE, mantêm 41.000 empregos e capturam um total de 2,7 milhões de toneladas de peixe por ano - as quais têm um valor de 614 milhões de euros e representam 40% do total das capturas da frota comunitária.**

O Deputado social democrata aproveitou o momento em que a Comissão Europeia apresentou também uma comunicação sobre os acordos internacionais de pesca, para sublinhar três das principais propostas do PE:

“A primeira é a **necessidade do reforço dos acordos de pesca da UE com países terceiros, os quais devem constituir uma verdadeira componente externa da Política Comum de Pescas.**

Na verdade, está provado que, **além de serem vitais para a UE (altamente deficitária em pescado), podem ser extremamente valiosos para o desenvolvimento**

sustentável do sector nos países parceiros - designadamente nos países em desenvolvimento (PVD). Haverá para isso que assegurar uma melhor articulação entre a Política Comum de Pescas, a política comercial, a política de desenvolvimento e, em geral, a política externa da UE.

A segunda proposta prioritária é **a necessidade urgentíssima de se reverem as condições de participação da UE nas Organizações Regionais de Pesca** - as quais asseguram a gestão da pesca em determinadas zonas marítimas mais ricas em recursos haliêuticos.

Não faz sentido que a UE, representando actualmente 15 Países (e brevemente 25) tenha o mesmo peso que outro qualquer país individual que pesca nessas águas. Daí que seja necessário rever a ponderação de votos no processo de decisão dessas organizações regionais e conferir à UE um poder que corresponda à sua realidade política e económica.

A terceira grande proposta prioritária traduz-se na **necessidade de a UE liderar, junto da FAO e de outras organizações internacionais, uma grande campanha internacional de combate à pesca ilegal, que está a destruir de forma irreversível recursos valiosos em muitas zonas, designadamente no que respeita à pesca de grandes migradores como o atum ou o espadarte.**

Na verdade, face ao estado de sobre-exploração de algumas espécies, não faz sentido exigir apenas a alguns o cumprimento das regras (neste caso à União Europeia) deixando que outros delapidem os recursos”.

Para Arlindo Cunha, “tratando-se de **propostas que estão em harmonia com as apresentadas na recente Comunicação da Comissão sobre os Acordos Internacionais de Pesca** espera-se que elas venham a ser **incorporadas na reforma da Política Comum de Pescas, já acordada em pontos substanciais, mas ainda não terminada**”.

BREVES

Segurança das fronteiras da UE:

Carlos Coelho quer adopção de medidas

Carlos Coelho defendeu a adopção de “**medidas coerentes no domínio da segurança nas fronteiras.** Sem ferir as competências próprias dos Estados-Membros mas contribuindo para o aumento da eficácia dessa protecção.

É essencial que se desenvolva uma política comum de controlo das actuais e futuras fronteiras externas o que implica:

- uma aplicação de **normas comuns no domínio da gestão das fronteiras externas;**
- **um guia e um programa de ensino central comum, destinado à formação contínua dos agentes responsáveis;**
- **um colégio da Europa para altos funcionários;**
- **prioridade ao financiamento de projectos que visem a implementação de normas comuns em matéria de formação e de normas operacionais;**
- **um corpo europeu de guardas de fronteiras (constituído por unidades especiais, com financiamento comunitário e que deverá estar, à disposição das autoridades nacionais em sectores de risco, ou situações de crise, nas fronteiras externas)”.**

Serviços de saúde e sociais para os idosos:



Regina Bastos defende maior cooperação entre Estados-membros

A Deputada **Regina Bastos** defendeu que *“como foi salientado no Conselho Europeu de Barcelona, é preciso estabelecer e desenvolver, uma **cooperação mais estreita entre os Estados-Membros ao nível da protecção social** com base na troca de boas práticas e informações, de investigações, do estabelecimento de indicadores e normas comuns, assim como no que respeita ao desenvolvimento dos serviços de saúde e sociais para os idosos”*.

Regina Bastos salientou *“que no âmbito da estratégia europeia e do programa de acção em matéria de saúde (2003-2008), a Presidência Grega deveria considerar este tema para que no próximo Conselho Europeu da Primavera se adopte a **aplicação do método aberto de coordenação e um calendário concreto** visando a cooperação entre os Estados-Membros”*.

A Deputada social democrata congratulou-se com o facto de o Relatório do Parlamento Europeu salientar *“a necessidade de garantir o direito a uma protecção de qualidade contra o risco de doença e de dependência e a importância de adaptar esse direito aos desafios do nosso tempo, em particular ao envelhecimento demográfico.*

Este fenómeno, acrescentou Regina Bastos, resulta dos baixos níveis de natalidade e do aumento da esperança de vida e é mais evidente nas mulheres: em menos de uma década - entre 1990 e 1999 - a população feminina com mais de 65 anos aumentou perto de 3% (de 15,4% para 18,1%).



Regina Bastos salientou que *“a questão que se coloca é muito simples e intuitiva: não constitui um progresso real para a sociedade quando mais **esperança de vida não corresponde a uma vida com qualidade.***

Assim, o grande desafio é o de **conseguir obter a satisfação de um nível elevado de qualidade de vida para as pessoas idosas, a par do controlo dos custos** que isso implica.

Para Regina Bastos, *“o aumento do número de pessoas idosas terá um impacto orçamental conside-*

*rável o que tem como consequência um aumento das despesas públicas. Assim, os sistemas de cuidados de saúde na UE devem perseguir o objectivo de serem ao mesmo tempo **acessíveis, de qualidade e viáveis em termos financeiros**”*.

BREVES

Arlindo Cunha

Restaurar a confiança dos consumidores na Aquacultura

Para Arlindo Cunha, *“a importância actual da aquacultura na Europa é manifesta pelos **1,8 milhões de toneladas de produção** de peixe, mariscos e moluscos que representa, assim como pelos **57.000 empregos** que envolve e para garantir o futuro do sector importa ter em consideração aspectos como os seguintes:*

- **Elaboração e gestão de programas de gestão ambiental integrada,** quer nas zonas marítimas, quer em águas interiores.
- **Reforço da segurança alimentar,** por forma a assegurar a saúde dos stocks e a garantir a confiança dos cidadãos.
- **Reforço da investigação,** para encontrar novas soluções, quer em termos tecnológicos, quer ambientais, quer sanitários.
- **Adequado financiamento do sector,** quer para reestruturação de unidades existentes, quer para novas unidades”

Encerramento da Fábrica Clark
em Castelo de Paiva:

Deputados do PSD questionam Comissão Europeia

Os Deputados social democratas perguntam “como vai reagir a Comissão para **impedir o encerramento da fábrica** e assegurar a manutenção da laboração em Castelo de Paiva e consequentemente garantir os postos de trabalho, no caso de a empresa estar a violar as obrigações decorrentes da concessão de incentivos comunitários”.

Regina Bastos e Arlindo Cunha querem ainda saber “que **medidas** pretende a Comissão adoptar **para prevenir, e em última instância sancionar**, situações similares e recorrentes de empresas que se instalam no território da União Europeia beneficiando de fundos comunitários e que, após exaurirem as vantagens e benefícios decorrentes, designadamente humanas, deslocalizam a sua actividade”.

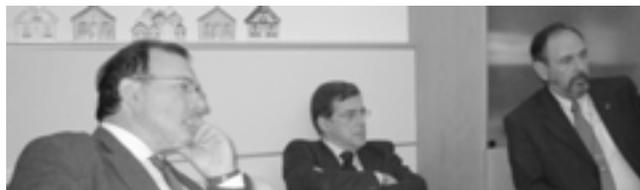
No texto que endereçaram à Comissão Europeia os Deputados referem que a multinacional C&J Clark anunciou, no passado dia 10 de Janeiro, “o encerramento da sua fábrica em Castelo de Paiva, que emprega **588 trabalhadores**, deixando-os no desemprego e que a decisão do encerramento é justificada pela própria empresa devido à importação de gáspeas da Índia e da Roménia, com o objectivo de manter uma



O Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Dr. Paulo Teixeira, foi recebido pelos Deputados do PSD no Parlamento Europeu em Bruxelas.

Na sequência desta reunião, os Deputados conseguiram obter que o PE agendasse um debate para a Sessão Plenária de Março.

Neste debate, o Comissário Monti apresentará ao PE, uma comunicação sobre o encerramento de empresas que beneficiaram de ajudas comunitárias.



estrutura de preços competitiva”.

Regina Bastos e Arlindo Cunha referem ainda que “a Clark se instalou em Castelo de Paiva em 1988 e recebeu apoios quer nacionais, quer comunitários, tendo em Maio de 2000 celebrado um protocolo com a Câmara Municipal **comprometendo-se a manter a sua laboração pelo menos até 2007**, em troca de avultados investimentos públicos municipais”.

Salientando que “Castelo de Paiva é um concelho do interior de Portugal, caracterizado por uma grande fragilidade económica, pelo que o encerramento desta empresa acarretará devastadoras consequências económicas e sociais”, os Deputados social democratas afirmam “que **esta decisão de encerramento**, motivada por razões egoístas, **vem ao arrepio da responsabilidade social das empresas**”.

BREVES

Equipamentos
eléctricos:

Moreira da Silva congratula-se com aprovação de Directivas

Jorge Moreira da Silva defendeu que “o *Desenvolvimento Sustentável* depende da capacidade de concretizarmos o ‘greening’ da economia - para que comprar verde passe a constituir um direito e não um luxo e vender verde uma vantagem competitiva. Isso só ocorrerá se, através de uma análise do ciclo de vida dos produtos, quantificarmos as suas externalidades ambientais (desde o projecto até à eliminação) e, dessa forma, **internalizarmos esses custos ambientais no preço final do produto**”.

Para Jorge Moreira da Silva, “as *Directivas relativas aos Equipamentos Eléctricos e Electrónicos* aprovadas pelo PE dão um passo muito significativo nessa direcção dado que, por um lado, obrigam a uma **redução do uso de determinadas substâncias perigosas, como o chumbo e o cádmio**, em equipamentos eléctricos e electrónicos e, por outro, promove a **recolha, reutilização, reciclagem e valorização dos resíduos eléctricos e electrónicos** responsabilizando o produtor pelo financiamento desses sistemas”.

Caso *Prestige*: Moreira da Silva quer reforma do Direito Marítimo Internacional

O Parlamento Europeu votou resoluções de todos os grupos políticos relativamente à **catástrofe ambiental provocada pelo petroleiro Prestige**.

O Deputado Jorge Moreira da Silva, co-autor da resolução do PPE, afirmou que, *para além da recém-criada Agência Europeia para a Segurança Marítima, também o Programa Ambiental das Nações Unidas, a Organização Marítima Internacional e a Convenção-Quadro para a Biodiversidade devem ser directamente envolvidos nas operações de reparação dos ecossistemas*.



Para Moreira da Silva é importante assegurar a entrada imediata em aplicação dos pacotes Erika I e Erika II (previstos apenas para 2003 e 2004) de forma a:

- eliminar a circulação das embarcações de casco único
- aplicar regras mais rigorosas de fiscalização das embarcações nos portos
- instalar sistemas de monitorização, em tempo real, da localização das embarcações
- definir a lista dos portos de abrigo em caso de acidente.

É também importante a aplicação de novas regras como:

- a definição de corredores de passagem mais afastados das costas do que as actuais 25 milhas
- a inspecção, da parte das autoridades nacionais, dos navios com substâncias perigosas no limite das 200 milhas e não, como hoje acontece, nas 12 milhas
- a reformulação do direito internacional marítimo, maioritariamente datado do século XIX
- a elaboração de um código de conduta dos fabricantes e transportadores marítimos.

Arlindo Cunha: importa agora falar sobre o futuro

Intervindo no mesmo debate, **Arlindo Cunha** sublinhou que “*importa esclarecer o misterioso desvio da trajectória do navio que depois de ter rumado a Oeste, inflecte repentinamente para Sul, até ao seu afundamento a 30 milhas das águas portuguesas. Mas, agora, importa falar mais sobre o futuro.*”

Importa pensar num pacote mais integrado e abrangente de medidas para dar respostas mínimas aos pescadores e suas famílias.

É tempo de **instalar a sério a Agência Europeia para a Segurança Marítima**, o que pressupõe que o Conselho se entenda sobre a localização da sua sede.

E gostaria a este respeito de lembrar **que Portugal tem uma localização geográfica e uma história marítima que o torna um candidato credível a uma tal localização**”.

Os Nossos Deputados

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação
do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: José Luis Fernandes

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa